

Senado quer limitar juros de operação ARO

Proposta prevê criação de taxa de referência, a ser calculada pelo Banco Central

RIBAMAR OLIVEIRA

BRASÍLIA — A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado quer criar um teto para os juros pagos por prefeitos e governadores nas operações de Antecipação de Receita Orçamentária (ARO). A proposta, que já está sendo discutida na CAE, prevê a criação de uma Taxa de Referência para Antecipação de Receita (TRA), a ser calculada pelo Banco Central, e que incluiria, além dos juros, todos os demais encargos do empréstimo. A TRA seria, portanto, um limite máximo para os custos financeiros.

A TRA é uma reação do Senado às taxas de juros exorbitantes que prefeitos e governadores estão se sujeitando a pagar nas suas operações com os bancos. Os senadores da CAE não estão entendendo como é que uma prefeitura consegue contratar um empréstimo com juros em torno de 2% ao mês e outra aceita pagar uma taxa que chega a 8% ao mês. Alguns senadores desconfiam que os juros exorbitantes podem esconder até mesmo operações ilícitas.

"Não há justificativa para que um Estado pague 5% ao mês por um empréstimo", diz o presidente do PPB, senador Esperidião Amin, autor de um anteprojeto de resolução que vai limitar os juros. A desconfiança sobre motivações ilícitas por trás de algumas dessas operações também tem sido expressa com frequência na CAE pelo vice-líder do governo no Senado, Wilson Kleinubing (PFL-SC).

Sem risco — Amin e Kleinubing argumentam que não existe risco para os bancos, pois as prefeituras e governos estaduais dão, como garantia das operações de ARO, a receita do ICMS e as cotas no Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios. As taxas de juros geralmente estão relacionadas com o risco do tomador e a qualidade das garantias.

O governador do Rio, Marcelo Alencar, conseguiu fazer uma operação ARO com o Credireal, no valor de R\$ 2,780 milhões, no dia 19 de março, com taxa de 0,2% mais o índice da Associação Nacional dos Ban-

A DANÇA DAS TAXAS				
Porcentual de juros pago por Estados e municípios				
AS DEZ MAIS ALTAS				
Prefeitura	Valor do empréstimo (em R\$ mil)	Taxa mensal	Prazo (em meses)	Banco
Nova Fátima (BA)	60	8%	9	Baneb
Alagoinha (BA)	80	6% + TBF	8	Bandepe
Aliança (PE)	60	6% + TBF	6	Bandepe
Arapirina (PE)	200	6% + TBF	9	Bandepe
Bandeira (MG)	46,4	5% + TR	5	Bemge
Remigio (PB)	160	5% + TBF	9	Banco do Brasil
Uruoca (CE)	70	4,87% + TR	8	BEC
Cardeal da Silva (BA)	50	8%	6	Baneb
Salvador (BA)	750	8%	8	Baneb
Rio Verde (GO)	300	7,6%	3	Santos
Obs: A Taxa Básica Financeira (TBF) é usada como indexador pelo mercado. É fixada diariamente e no dia 24, por exemplo, varia 1,8748%. Com essa taxa, um empréstimo com juros de 6% mais a TBF teria um custo financeiro total no mês de 7,9872%.				
AS CINCO MENORES				
Governo/Prefeitura	Valor (em R\$ milhões)	Taxa mensal	Prazo (em meses)	Banco
Governo do Rio	2,7	0,2% + Anbid	6	Credireal
Governo de Minas	6	0,95% + Anbid	11	Pontual
Belo Horizonte (MG)	2	0,67% + Anbid	8	Real
Curitiba (PR)	4	0,8% + Anbid	8	BNL
Curitiba (PR)	4	1,5% + Anbid	8	ABC-Roma
Obs: A Associação Nacional dos Bancos de Investimento e Desenvolvimento (Anbid) publica diariamente uma taxa de juros, que o mercado usa como indexador. A taxa do dia 23, por exemplo, era de 1,9% ao mês. Assim, um empréstimo com taxa de 0,67% mais a taxa da Anbid teria um custo financeiro total de 2,5827% ao mês.				

cos de Investimento e Desenvolvimento (Anbid), que o mercado utiliza como indexador. O custo total do empréstimo foi de cerca de 1,9% ao mês. Com a atual política monetária restritiva, de crédito apertado e juros altos, o custo pago por Alencar pode ser considerado adequado e razoável.

No mesmo mês, o prefeito da pequena cidade de Aliança, na Zona da Mata pernambucana, tomou R\$ 60 mil do Banco do Estado de Pernambuco (Bandepe) a uma taxa de 6% ao mês mais a

Taxa Básica Financeira (TBF). O custo final do empréstimo está em torno de 7,9% ao mês. O prefeito da cidade baiana de Nova Fátima fez uma ARO com o Banco do Estado da Bahia (Baneb), no valor de R\$ 60 mil, com taxa fixa de 8% ao mês. Se o empréstimo for pago somente no final dos nove meses do contrato, os

contribuintes de Nova Fátima terão gasto exatos R\$ 60 mil somente com o pagamento de juros. Ou seja, o mesmo valor do empréstimo.

A situação das elevadas taxas de juros é agravada pelo fato de que poucos bancos concentram as operações com a ARO. "Existe um cartel de meia dúzia de bancos que promovem as ARO", acusou Amin. Somente o Bicbanco realizou 73 operações de ARO em março, oferecendo recursos aos prefeitos a taxas de 4% ao mês mais o

índice da Anbid — o custo total está perto de 6% ao mês.

Em março, o Bandepe realizou 18 operações de ARO com prefeituras pernambucanas, sendo 14 delas com taxas de 6% mais TBF e as outras quatro operações com taxa de 4% mais TBF. O BMC fez 20 operações ARO e o Baneb 18. O Baneb mantém

um padrão nos seus empréstimos: as taxas são sempre fixas e de 8% ao mês — são juros equivalentes aos cobrados nos cheques especiais de pessoas físicas. Como termo de comparação, basta lembrar que o rendimento das cadernetas de poupança em abril é de 1,16%.

Um dado que chamou a atenção dos senadores é que as maiores taxas de juros nas operações ARO são cobradas justamente pelos bancos estatais estaduais. Embora o governo esteja lutando para limitar essas operações, somente no primeiro trimestre de 1996, as ARO atingiram o montante de R\$ 1,810 bilhão, com um crescimento de 18% em relação ao mesmo período do ano passado. Só em março, esses empréstimos chegaram a R\$ 401,298 milhões.

Em comunicado enviado ao presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), no dia 17, o presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, eximiu-se de responsabilidade pelas taxas que estão sendo pagas pelos prefeitos e governadores.

**OBJETIVO É
ALIVIAR
COFRES
MUNICIPAIS**

30 ABR 1996

ESTADO DE SÃO PAULO